

Instalar grades em palácios modernistas de Brasília seria um erro

Reforçar a segurança de sedes dos Poderes com muros e portas de ferro levaria a mais segregação e violência

Guilherme Wisnik

Raquel Rolnik

Professora titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, foi secretária nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades (2003-2007) e relatora especial da ONU para o direito à moradia adequada (2008-2014). Autora, entre outros livros, de "A Cidade e a Lei" e "Guerra dos Lugares"

Folha de S. Paulo, 23.jan.2023

[RESUMO] Brasília, a "[Versalhes do povo](#)" imaginada por [Lúcio Costa](#), com seus palácios de vidro e rampas que unificam os espaços, se tornou um símbolo do pacto de não enfrentamento das estruturas oligárquicas e violentas do Brasil. A [invasão das sedes dos Três Poderes por golpistas em 8 de janeiro](#) marca a ruptura violenta desse pacto, o que demanda o aumento da porosidade dos edifícios da Esplanada dos Ministérios, não a construção de grades e muros.

Em abril de 2016, durante a votação do impeachment de Dilma Rousseff (PT) na Câmara dos Deputados, [a Esplanada dos Ministérios de Brasília foi dividida em duas partes por um muro improvisado](#), que separava os dois grupos adversários.

Além de símbolo explícito de uma rachadura no país, aquele muro representava também a erosão do projeto modernista que embasou a construção da cidade: a grande esplanada como espaço aberto e democrático, alimentado pelo convívio das diferenças, ladeado por edifícios simétricos e tendo como ponto focal as duas torres do Congresso Nacional, com suas cúpulas invertidas.

Sabemos o quanto de violência histórica esteve envolvida na construção de Brasília, cujo Plano Piloto se mantém intacto graças à existência de precárias cidades-satélite e municípios em seu entorno, onde vive a maior parte da população. Sabemos também que a utopia modernista personificada na nova capital simbolizava, sobretudo para uma elite ilustrada que propunha um pacto civilizatório por meio do desenho da nova capital, que renegava a antiga monumentalidade ostensiva e hierárquica em nome de um monumento despojado, que se oferece a todos e que almeja um horizonte igualitário.

Daí os seus palácios de vidro transparente, acessados por delicadas rampas, não por imponentes escadarias, e sem portas evidentes nem muros ou grades. Símbolos do poder que se oferece ao povo, dando forma à ideia de que são edifícios verdadeiramente públicos, emblemas de um país democrático. Lúcio Costa, aliás, gostava de dizer que Brasília era a Versalhes do povo, não do rei.

A [recente invasão e vandalização dos palácios que conformam a praça dos Três Poderes](#) — e a República democrática brasileira — expôs o preocupante avanço daquela rachadura no país, que já se mostrava nítida em 2016.

Agora se acrescenta, porém, um gesto de repúdio a qualquer forma de mediação das diferenças, na forma de uma explosão violenta. Cultivando um grande ressentimento em relação aos símbolos daquele projeto civilizatório e vanguardista, a extrema direita bolsonarista (e olavista) vê nisso tudo os emblemas de uma casta intelectualizada e elitista que sempre os alijou.

Portanto, o desrespeito à democracia nesse caso —especialmente quando o resultado das urnas não coincide com a sua vontade— se soma ao ódio explícito por esses símbolos, que eles gostariam de ver incendiados.

É curioso que, diante desse fato histórico tão sombrio, algumas vozes, em suposto exercício de análise crítica, tenham identificado o problema não na truculência dos extremistas invasores nem na política genocida do governo que eles apoiam, mas na falta de segurança dos palácios, propondo a substituição dos vidros por paredes de alvenaria, a instalação de pesadas portas de ferro e, claro, a construção de muros e cercas elétricas. Postura que, reafirmando a exclusão e o medo, gera segregação e mais violência e que, não por acaso, coincide com [o incentivo à compra e ao uso de armas de fogo](#) e com a defesa da legitimidade de se fazer justiça com as próprias mãos.

Por que tamanha explosão de ódio e de violência contra esses símbolos agora? Afinal, a ditadura civil-militar que governou o Brasil por 21 anos se instalou confortavelmente em Brasília. Sabemos, inclusive, que seus eixos largos e muito facilmente controláveis por forças policiais facilitaram muito o encastelamento do poder naquele período autoritário. Para os chefes da caserna, palácios de vidro de Niemeyer, telas de Di Cavalcanti e tapeçarias abstratas de Burle Marx nunca foram problema. Qual é, então, a diferença agora?

Temerosa após duas décadas de ditadura, a Nova República manteve o pacto de não enfrentamento das estruturas violentas e oligárquicas do Brasil. A [ampla anistia dada aos torturadores](#), por exemplo, é símbolo claro disso e difere radicalmente do que ocorreu em países vizinhos, como a Argentina e o Chile. A onipresença do racismo e da escravidão, o colonialismo que repõe e atualiza a usurpação de terras, o clientelismo estruturador das relações políticas —Brasília é o próprio símbolo desse pacto, em um momento em que sopraram ares razoavelmente libertários.

Mas, se a esquerda e a centro-esquerda democráticas brasileiras sempre se empenharam em manter o pacto acomodatório que embasa a história política do país, quem sentiu a necessidade de rompê-lo violentamente, hoje, foi a direita. O ataque aos palácios-sede dos três Poderes em Brasília é a expressão em fúria dessa ruptura. Não é possível falar dessa sanha destruidora, porém, sem mencionar as cenas que a precederam.

Em 1º de janeiro de 2023, quem esteve historicamente alijado desse pacto, a não ser como recipiente das "entregas" do governo, [subiu a rampa do Palácio do Planalto para entregar a faixa presidencial a Lula](#). Ali, a generosidade daquela arquitetura intrigante e despojada amparava um sentimento evidente nas pessoas de se mostrar à vontade na sede do poder, a "casa" de todos. A mensagem foi clara: ali se delineava uma (ainda) possibilidade nova.

Em 8 de janeiro, no entanto, uma turba enfurecida subia a mesma rampa para renegar todos aqueles valores afirmados uma semana antes e destruí-los ostensivamente.

Por fim, no dia seguinte, em claro gesto de reação aos ataques, o presidente Lula, acompanhado dos governadores e de vários ministros da República, [atravessou a mesma rampa em direção ao Supremo Tribunal Federal](#), recosturando simbolicamente os pactos e elos da democracia atacada.

A rampa, em arquitetura, é um elemento usado para unificar os espaços, evitando sua fragmentação. Através dela, dizia [Le Corbusier](#), construímos passeios arquitetônicos ("promenade architecturale") em espaços que, por isso, são entendidos como contínuos, coerentes e integrados. Nesse sentido, ela se opõe ao muro.

Ocorre que os bolsonaristas já não se contentam com muros que separam lados, como em 2016. Eles querem a destruição das rampas e das obras de arte e o incêndio dos palácios. Querem a perpetuação de um modelo no qual apenas um lado prevaleça, sem qualquer concessão a uma simbologia democrática.

E nós? O que faremos com nossos delicados palácios de vidro daqui para a frente? Conseguiremos continuar a cruzar livremente essas rampas, conectando em diálogo os três Poderes?

Seja qual for a resposta, teremos que reposicionar o simbolismo de Brasília sabendo que o pacto histórico que ela representa foi rompido. Nesse sentido, os próximos passos terão que ser dados para a frente, não para trás. Assim, os palácios modernistas terão que, de fato, poder incorporar as múltiplas formas de saberes e de viveres que constituem a sociedade brasileira, aumentando ainda mais a sua porosidade —se quiserem sobreviver.